

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliarem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

## -- CONHECIMENTOS GERAIS --

### Texto CG2A1-I

Durante os séculos XXI a XVII a.C., já era possível encontrar indícios do direito de acesso à justiça no Código de Hamurabi, cujas leis foram embasadas na célebre frase “Olho por olho, dente por dente”, da Lei de Talião. O código definia que o interessado poderia ser ouvido pelo soberano, que, por sua vez, teria o poder de decisão.

Em nível global, o acesso à justiça foi ampliado de forma gradual, juntamente com as transformações sociais que ocorreram durante a história da humanidade.

Com a derrota de Hitler em 1945 e, portanto, o fim da Segunda Guerra Mundial, da qual o Brasil participou contra as ditaduras nazifascistas — devido à entrada dos Estados Unidos da América no conflito, liderando e coordenando os esforços de guerra dos países do Eixo dos Aliados —, o mundo foi tomado pelas ideias democráticas, e o regime autoritário do Estado Novo (iniciado em 1937) já não se podia manter.

Foi somente com a Constituição de 1946 que o acesso à justiça foi materializado, prevendo-se que a lei não poderia excluir do Poder Judiciário qualquer violação de direitos individuais. Esse foi um grande avanço da legislação brasileira, mas não durou muito, já que, quase vinte anos depois, durante o regime militar (1964-1985), o acesso ao Poder Judiciário foi bastante limitado. Nos anos de 1968 e 1969, com a emissão dos atos institucionais, as condutas praticadas por membros do governo federal foram excluídas da apreciação judicial.

A partir de 1970, o Brasil começou a caminhar para a consagração efetiva do direito de acesso à justiça, com a intensificação da luta dos movimentos sociais por igualdade social, cidadania plena, democracia, efetivação de direitos fundamentais e sociais e efetividade da justiça.

Em 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal, que materializou expressamente o acesso à justiça em seu artigo 5.º, inciso XXXV, como direito fundamental de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Nesse sentido, o legislador constituinte não só concedeu a possibilidade de acesso aos tribunais, como também estabeleceu a criação de mecanismos adequados para garanti-la e efetivá-la. O acesso à justiça deve ser compreendido, assim, como o acesso obtido tanto pelos meios alternativos de solução de conflitos de interesses quanto pela via jurisdicional e das políticas públicas, de forma tempestiva, adequada e eficiente, a toda e qualquer pessoa. É a pacificação social com a realização do escopo da justiça.

Internet: <www.politize.com.br> (com adaptações).

### Questão 1

O tema central do texto CG2A1-I é

- Ⓐ a ampliação gradual do Poder Judiciário desde a previsão constitucional de 1946.
- Ⓑ a definição expressa do princípio do acesso à justiça no Código de Hamurabi.
- Ⓒ o estabelecimento de mecanismos que garantem o poder do governante.
- Ⓓ a evolução histórica do direito de acesso à justiça.
- Ⓔ o embasamento do princípio de acesso à justiça na Lei de Talião.

### Questão 2

Infere-se do texto CG2A1-I que o acesso à justiça

- Ⓐ é concedido aos brasileiros natos e, com restrições, aos estrangeiros de qualquer nacionalidade naturalizados brasileiros, ainda que não residam no Brasil.
- Ⓑ é concedido ao cidadão brasileiro por decisão do Poder Judiciário.
- Ⓒ é definido na Constituição Federal de 1988, mas não tem efetividade no mundo real.
- Ⓓ representa a prerrogativa exclusiva dos brasileiros de buscar a tutela de seus direitos por meio da atuação de um magistrado.
- Ⓔ constitui, no Brasil, o direito de ter à disposição o meio constitucionalmente previsto para pleitear e alcançar a tutela jurisdicional do Estado.

### Questão 3

No texto CG2A1-I, predomina a tipologia textual

- Ⓐ descritiva.
- Ⓑ argumentativa.
- Ⓒ expositiva.
- Ⓓ narrativa.
- Ⓔ injuntiva.

### Questão 4

Cada uma das próximas opções apresenta uma proposta de reescrita para o primeiro período do primeiro parágrafo do texto CG2A1-I. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a coerência e a correção gramatical do texto.

- Ⓐ Já nos séculos XVII a XXI a.C., era possível encontrar vestígios da existência do direito de acesso à justiça no Código de Hamurabi, em cujas leis tiveram inspiração a frase da Lei de Talião “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓑ Sinais do direito de acesso à justiça já podiam ser encontrados no decorrer dos séculos XXI a XVII a.C., no Código de Hamurabi, cujas leis eram fundamentadas na seguinte famosa frase da Lei de Talião: “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓒ Dentre os séculos XVII a XXI a.C., se encontram indicação do acesso ao direito de justiça na Lei de Talião (“Olho por olho dente por dente”), presente no Código de Hamurabi.
- Ⓓ No período entre os séculos XXI a XVII, já existia indícios do direito de acesso à justiça na Lei de Talião, chamada de Código de Hamurabi, pela máxima “Olho por olho, dente por dente”.
- Ⓔ Nos séculos XXI a XVII a.C., era possível já encontrar traços da garantia do direito de acesso a justiça nas leis do Código de Hamurabi, onde foram embasadas na famosa sentença “Olho por olho, dente por dente” da Lei de Talião.

**Questão 5**

A correção gramatical e os sentidos do texto CG2A1-I seriam preservados com a substituição de

- I “que ocorreram” (segundo parágrafo) por **sucedidas**.  
 II “portanto” (terceiro parágrafo) por **contanto**.  
 III “da qual” (terceiro parágrafo) por **cuja**.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.  
**B** Apenas o item I está certo.  
**C** Apenas o item III está certo.  
**D** Apenas os itens I e II estão certos.  
**E** Apenas os itens II e III estão certos.

**Questão 6**

No primeiro parágrafo do texto CG2A1-I, o elemento “que”, em “que, por sua vez, teria o poder de decisão”, refere-se a

- A** “Talião”.  
**B** “Hamurabi”.  
**C** “O código”.  
**D** “soberano”.  
**E** “o interessado”.

**Questão 7**

A correção gramatical do texto CG2A1-I seria preservada se

- A** fosse inserida uma vírgula logo após “Constituição de 1946” (quarto parágrafo).  
**B** fosse inserido o sinal de dois-pontos logo após a forma verbal “definia” (primeiro parágrafo).  
**C** fosse inserida uma vírgula logo após a palavra “ampliado” (segundo parágrafo).  
**D** fossem suprimidos os travessões empregados no terceiro parágrafo.  
**E** fosse suprimida a vírgula empregada logo após “artigo 5.º” (sexto parágrafo).

**Questão 8**

No terceiro parágrafo do texto CG2A1-I, o trecho entre travessões informa o motivo de

- A** o Brasil ter participado da Segunda Guerra Mundial contra as ditaduras nazifascistas.  
**B** Hitler ter sido derrotado em 1945.  
**C** a Segunda Guerra Mundial ter chegado ao fim.  
**D** o regime autoritário do Estado Novo ter sucumbido.  
**E** o mundo ter sido tomado pelas ideias democráticas.

**Questão 9**

À luz da Constituição do Estado de Rondônia, compete ao estado legislar, de forma concorrente, respeitadas as normas gerais da União, sobre

- A** o cumprimento desta Constituição.  
**B** as custas dos serviços forenses.  
**C** a criação dos seus serviços.  
**D** a administração dos seus serviços.  
**E** a organização dos seus serviços.

**Questão 10**

De acordo com a Lei Complementar n.º 117/1994, que criou a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, integra o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Rondônia como membro eleito

- A** um defensor público do estado de 1.ª entrância.  
**B** o defensor público-geral.  
**C** o subdefensor público-geral.  
**D** o ouvidor-geral da Defensoria Pública.  
**E** o corregedor-geral da Defensoria Pública.

**Questão 11**

De acordo com a Lei Complementar n.º 703/2013, que dispõe sobre a criação do quadro de pessoal administrativo da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, ao entrar em exercício, o(a) servidor(a) nomeado(a) para cargo de provimento efetivo ficará sujeito(a) a estágio probatório pelo período de

- A** três anos, o qual considera todos os períodos de licenças e demais afastamentos.  
**B** três anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, inclusive os previstos constitucionalmente.  
**C** dois anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, exceto quanto aos previstos constitucionalmente.  
**D** três anos, o qual desconsidera os períodos de licenças e demais afastamentos, exceto quanto aos previstos constitucionalmente.  
**E** dois anos, o qual considera todos os períodos de licenças e demais afastamentos.

**Questão 12**

Com base na Lei Complementar n.º 68/1992, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civil do Estado de Rondônia, são requisitos básicos para a investidura em cargo público

- A** o gozo dos direitos políticos e idade mínima de dezesseis anos.  
**B** a nacionalidade brasileira e aptidão física e mental declarada pela pessoa e sem a necessidade de comprovação em inspeção médica.  
**C** a nacionalidade brasileira e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.  
**D** o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e idade mínima de dezesseis anos.  
**E** aptidão física e mental declarada pela pessoa e sem a necessidade de comprovação em inspeção médica e o gozo dos direitos políticos.

**Questão 13**

Segundo o boletim informativo da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI), o valor bruto da produção agropecuária (VBP) de Rondônia alcançou, em 2020, mais de R\$ 15,2 bilhões, com crescimento médio de 7% ao ano, ultrapassando a meta do plano estratégico do governo de alcançar, até o ano de 2023, o valor de R\$ 14 bilhões no VBP. Nesse contexto, o recorde de que trata o boletim refere-se, principalmente, à produção de

- A** milho, algodão, gado de corte e gado de leite.  
**B** soja, milho, cana-de-açúcar e pecuária leiteira.  
**C** café, laranja, amendoim e pecuária bovina.  
**D** milho, soja, mandioca e cacau.  
**E** soja, milho, café e pecuária bovina.

**Questão 14**

Considerando os números apresentados no contorno fronteiriço do estado de Rondônia, a hidrografia e os limites geográficos do estado, assinale a opção correta.

- A** O número 1 refere-se ao noroeste do estado, onde, na direção nordeste, está o curso do rio Madeira.
- B** O número 5 mostra a junção entre os rios Ji-Paraná e Madeira, cujos cursos são direcionados para o sul do estado.
- C** O número 2 marca o curso do rio do Guaporé, utilizado para a navegação, a nordeste do estado.
- D** O número 3 aponta para o sudoeste do estado, onde se situa o rio Madeira, o mais navegável e importante de Rondônia.
- E** O número 4 apresenta o limite estatal onde se localiza parte do curso do rio Mamoré, na fronteira com a Bolívia.

**Questão 15**

Segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em meados de 2021, Rondônia passa de 1,8 milhão de habitantes. A população de Porto Velho representa 30,2% de todos os moradores do estado. Quanto à ocupação da população do estado, é correto afirmar que

- A** o nível de escolaridade é alto, tanto é que a maior parte da população adulta tem ensino superior completo.
- B** a maior parte da população trabalhadora concentra-se nas atividades da agricultura familiar e do agronegócio.
- C** a administração pública e os serviços empregam a maior parte da população economicamente ativa.
- D** o setor secundário da economia, que envolve as indústrias de transformação e a construção civil, domina o emprego.
- E** as classes de renda A e B correspondem à metade da população urbana, em decorrência do poder econômico do agronegócio.

**Questão 16**

Assinale a opção que corresponde ao personagem importante nos primórdios da história do território do estado de Rondônia que comandou a demarcação de fronteiras na região e determinou a construção do forte de Presídio de Nossa Senhora da Conceição.

- A** Padre José de Anchieta
- B** Padre Manuel da Nóbrega
- C** Percival Farquhar
- D** Dom Rolim de Moura
- E** Mal. Cândido Rondon

**Questão 17**

Em 1494, importante tratado foi assinado na Península Ibérica, dividindo o Novo Mundo, isto é, a recém descoberta América, entre duas potências europeias. Pelo acordo, quase toda a Amazônia, inclusive o atual estado de Rondônia, pertenceria

- A** à Holanda.
- B** a Portugal.
- C** à Espanha.
- D** à França.
- E** à Inglaterra.

**Questão 18**

Etapas diversas marcaram o processo de ocupação, povoamento e desenvolvimento de Rondônia. Relativamente às características e incidências desse processo, assinale a opção correta.

- A** Diferentemente do ocorrido nas demais áreas do Brasil Colônia, Rondônia desconheceu a presença de missões religiosas na ocupação de seu território.
- B** Importante no conjunto da Amazônia, em determinadas épocas, a exploração da borracha praticamente inexistiu no território que viria a ser o atual estado de Rondônia.
- C** Os bandeirantes paulistas penetraram no interior da Colônia em busca de metais preciosos, mas não chegaram à Amazônia (inclusive Rondônia) devido aos obstáculos naturais da região.
- D** O pleno êxito da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, da tranquila construção ao seu uso permanente, foi decisivo para assegurar o desenvolvimento de Rondônia.
- E** A atividade garimpeira, com o início da exploração da cassiterita, incrementou a expansão demográfica do então território federal que se transformaria no estado de Rondônia.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --****Questão 19**

O governo federal, considerando a expansão da linha ferroviária no Brasil, planeja a criação de agência reguladora voltada à regulação e fiscalização do serviço público de transporte ferroviário.

Nessa situação hipotética, tal agência reguladora

- A** deverá ser instituída por meio de decreto, possuindo personalidade jurídica de direito público.
- B** será dotada de autonomia decisória, administrativa e econômico-financeira, além de poder normativo técnico.
- C** deverá ser subordinada hierarquicamente ao ministério ao qual se vincular.
- D** caracterizar-se-á como autarquia especial, revelando, assim, modalidade de desconcentração da administração pública.
- E** terá dirigente nomeado a critério exclusivo do presidente da República, sem estabilidade, por se tratar de cargo de livre nomeação e exoneração.

**Questão 20**

A desconcentração, no âmbito da administração pública, ocorre, por exemplo, na instituição de

- A** empresa pública.
- B** autarquia.
- C** fundação pública.
- D** sociedade de economia mista.
- E** secretaria executiva.

**Questão 21**

A nomeação para cargo de provimento em comissão representa manifestação do exercício do poder

- A** discricionário.
- B** disciplinar.
- C** regulamentar.
- D** hierárquico.
- E** de polícia.

**Questão 22**

A respeito do poder regulamentar da administração pública, julgue os itens a seguir.

- I É permitido ao presidente da República editar regulamento sobre temática não prevista em lei, desde que verificada situação de relevância e urgência.
- II Compete exclusivamente ao Congresso Nacional sustar atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- III Não está inserida no âmbito do poder regulamentar da administração pública a edição, pelo presidente da República, de decretos de intervenção, de estado de defesa e de estado de sítio.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

**Questão 23**

Assinale a opção que indica o tipo de agente público que consiste em um grupo de agentes que, mesmo sem ter uma investidura normal e regular, executa uma função pública em nome do Estado.

- A** agente honorífico
- B** agente político
- C** agente administrativo
- D** agente credenciado
- E** agente de fato

**Questão 24**

As atribuições de direção, chefia e assessoramento destinam-se

- A** as funções de confiança, que, por sua vez, somente podem ser exercidas por servidor ocupante de emprego público.
- B** os cargos vitalícios, que, por sua vez, somente podem ser ocupados por servidor ocupante de cargo efetivo.
- C** os cargos em comissão, que, por sua vez, podem ser exercidos por servidores de carreira.
- D** os empregos públicos, que, por sua vez, não podem ser ocupados por pessoas sem vínculo com a administração pública.
- E** os cargos efetivos, que, por sua vez, somente podem ser ocupados por servidor aprovado em concurso público.

**Questão 25**

O governo de determinado estado, buscando especializar os serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, pretende criar sociedade de economia mista para efetivar a operacionalização dessas atividades.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Os contratos da sociedade de economia mista com terceiros não serão precedidos de licitação.
- B** A criação da sociedade de economia mista somente poderá ser feita por meio de lei.
- C** É possível a utilização de qualquer forma societária na constituição da sociedade de economia mista.
- D** As ações com direito a voto da sociedade de economia mista devem pertencer majoritariamente ao estado.
- E** Por ser a sociedade de economia mista integrante da administração pública indireta, o controle dos seus serviços jurídicos deverá ser realizado pela procuradoria-geral do estado.

**Questão 26**

A respeito do poder de polícia, julgue os itens subsecutivos, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I Não é válida a instituição de tarifa para remunerar atos administrativos praticados no âmbito do poder de polícia.
- II A aplicação e cobrança de multa revelam exemplo de exercício do poder de polícia caracterizado pela autoexecutoriedade.
- III A administração pública pode exercer o poder de polícia tanto por meio de atos normativos, tais quais os atos de consentimento denominados licença e autorização, quanto mediante atos concretos, como no caso das resoluções e instruções.
- IV É constitucional a atribuição, às guardas municipais, do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

Estão certos apenas os itens

- A I e IV.
- B II e III.
- C III e IV.
- D I, II e III.
- E I, II e IV.

**Questão 27**

A respeito do uso e do abuso de poder, assinale a opção correta.

- A O abuso de poder somente pode revestir-se de forma comissiva.
- B A prática de ato administrativo com abuso de poder será sempre passível de convalidação.
- C Incorrerá em excesso de poder o administrador público que, buscando prestigiar interesse particular, decretar a desapropriação de determinado imóvel rural sob a alegação de interesse social.
- D A invalidação da conduta abusiva deve ser realizada por meio de ação judicial, não cabendo a autotutela da administração pública.
- E A falta de motivo de ato administrativo revela elemento indiciário do desvio de poder.

**Questão 28**

Entre as pessoas jurídicas de direito público que compõem o Estado brasileiro, a República Federativa do Brasil é a única titular de

- A legislação própria.
- B autonomia.
- C auto-organização.
- D autogoverno.
- E soberania.

**Questão 29**

Relativamente aos territórios federais, assinale a opção correta, de acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF).

- A É necessária emenda à CF para a criação de territórios federais.
- B As contas do governo do território devem ser submetidas ao Congresso Nacional.
- C Cada território federal constitui um ente federativo.
- D É permitida a criação de territórios federais a partir do desmembramento de município.
- E Os territórios federais gozam de autonomia política.

**Questão 30**

O Distrito Federal é entidade federativa que se caracteriza por

- A ter Constituição própria.
- B ser a capital federal da República Federativa do Brasil.
- C ter autogoverno limitado.
- D estruturar os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário locais.
- E ser integrante da União.

**Questão 31**

A CF e súmulas do STJ estabelecem que a competência originária para o julgamento de prefeitos municipais será

- A da justiça comum estadual, nos casos de crimes comuns.
- B do tribunal de justiça estadual, em caso de má aplicação de verbas federais cujos recursos transferidos se tenham incorporado ao patrimônio do município.
- C do tribunal do júri, em caso de crime doloso contra a vida.
- D do tribunal regional eleitoral, em caso de crime de responsabilidade por infrações político-administrativas.
- E da câmara legislativa municipal, em caso de crime de desvio ou emprego irregular de verbas sujeitas a prestação de contas de recursos repassados pela União por transferência voluntária.

**Questão 32**

Um governador de estado havia sido aprovado em concurso público antes de concorrer às eleições e de tomar posse. Passados dois anos do seu mandato, ele foi nomeado para o referido cargo, na mesma unidade federativa da sua governança.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O governador perderá o cargo eletivo se tomar posse no cargo público.
- B A nomeação para o cargo público deve ser anulada, em razão de se tratar do governador da mesma unidade federativa.
- C O governador poderá tomar posse no cargo público, mas não poderá exercê-lo durante o mandato do cargo eletivo.
- D A nomeação para o cargo público pode ser suspensa até o término do mandato do governador.
- E O governador poderá tomar posse e exercer o cargo público, acumulando-o com o cargo eletivo, desde que haja compatibilidade.

**Questão 33**

Segundo dispõe a CF, as normas para cooperação entre a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios, com vista ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, serão fixadas em

- A emendas à CF.
- B decretos legislativos.
- C leis complementares.
- D leis ordinárias.
- E leis delegadas.

**Questão 34**

De acordo com a doutrina, um dos elementos essenciais da Federação é a

- A centralização político-administrativa.
- B possibilidade de intervenção.
- C participação das vontades parciais na vontade geral.
- D existência de um só órgão legislativo com jurisdição nacional.
- E autonomia legislativa.

**Questão 35**

Assinale a opção que apresenta o princípio constitucional que obriga a administração pública a manter ou ampliar a qualidade dos serviços prestados à população, evitando desperdícios e buscando sempre a máxima excelência na prestação de seus serviços.

- A** princípio da publicidade dos atos da administração pública
- B** princípio da legalidade
- C** princípio da impessoalidade
- D** princípio da moralidade
- E** princípio da eficiência

**Questão 36**

Nos termos da CF, a contratação por tempo determinado na administração pública é

- A** inadmissível.
- B** admitida em épocas eleitorais, haja vista a proibição de nomeação, contratação ou admissão do servidor público nos três meses que antecedem o pleito até a posse dos eleitos.
- C** admitida para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- D** admitida em qualquer circunstância, uma vez que não há vedação constitucional.
- E** admitida somente nos casos estabelecidos em lei complementar.

**Questão 37**

Acerca das organizações formais modernas, assinale a opção correta.

- A** Enquanto a organização burocrática é semelhante à orgânica, a organização adhocrática assemelha-se à mecanicista.
- B** As características clássicas das organizações formais modernas encerram-se em divisão do trabalho, especialização e hierarquia.
- C** A divisão do trabalho pode ser vertical, com poucos níveis hierárquicos, para melhorar a eficiência, ou horizontal, com muitos níveis hierárquicos, para melhorar a supervisão.
- D** A especialização do trabalho foi proposta pela administração clássica, com a finalidade de aumentar a eficiência e contribuir para reduzir custos de produção.
- E** A hierarquia decorre da divisão do trabalho e existe em toda organização.

**Questão 38**

A Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO), criada mediante lei específica, possui personalidade jurídica própria de direito público, patrimônio e receita próprios, capacidade específica e restrita à sua área de atuação, bem como autonomia administrativa e financeira. A essa agência compete o poder de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos delegados, permissionados ou autorizados.

Com base no texto anterior, é correto afirmar que a AGERO é exemplo de

- A** fundação pública.
- B** fundação autárquica.
- C** consórcio público.
- D** autarquia.
- E** empresa pública.

**Questão 39**

No que tange à gestão de processos, julgue os itens seguintes.

- I** Macroprocesso representa um conjunto de tarefas com procedimentos definidos que descrevem o passo a passo para a execução de acordo com determinada técnica.
- II** Os processos gerenciais são aqueles que resultam na entrega de algum bem ou serviço ao cliente final, devendo satisfazer às necessidades e expectativas dos clientes e das partes interessadas.
- III** Parcela significativa das falhas na gestão de processos é oriunda da falta de visão sistêmica da organização.
- IV** O planejamento da gestão de processos implica estabelecer um plano que deve conter, entre outros, a definição de objetivos, estratégias e análise de riscos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** I, III e IV.

**Questão 40**

Acerca da gestão de contratos públicos, assinale a opção correta.

- A** A dispensa de licitação é o único caso de contratação pública que prescinde do procedimento licitatório.
- B** A estruturação e a atribuição de responsabilidade pelo gerenciamento são insuficientes para uma eficiente gestão de um contrato público.
- C** Nos contratos e convênios públicos, os interesses são comuns.
- D** O sistema de gestão de contratos públicos encerra-se no gerenciamento e acompanhamento de sua execução.
- E** Cada contrato público deve ter um único fiscal responsável pela sua execução.

**Questão 41**

No exercício dos seus deveres e das suas responsabilidades profissionais, o fiscal de contrato público deve

- A** anotar, em folha de rascunho, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato.
- B** manter controle dos pagamentos efetuados à contratada.
- C** levar ao conhecimento de seu colega de trabalho as decisões e providências que ultrapassarem sua competência.
- D** incumbir o representante legal da contratada de verificar se os prazos, as quantidades e as especificações dos serviços executados foram atendidos.
- E** delegar ao preposto da contratada a verificação dos requisitos de qualidade dos materiais utilizados.

**Questão 42**

Com relação aos princípios a serem seguidos nos processos licitatórios, julgue os itens seguintes.

- I O princípio da isonomia implica que a administração observe os critérios objetivos, previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo.
- II O princípio da publicidade assegura a qualquer interessado o acesso às licitações públicas e ao seu controle, mediante divulgação dos atos praticados pelos administradores em todas as fases da licitação.
- III O princípio da legalidade enfatiza que a conduta dos licitantes e dos agentes públicos deve ser, além de lícita, compatível com a moral, a ética, os bons costumes e as regras da boa administração.
- IV O princípio da celeridade busca simplificar procedimentos e evitar rigorismos excessivos e formalidades desnecessárias.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.  
**B** I e IV.  
**C** II e IV.  
**D** I, II e III.  
**E** II, III e IV.

**Questão 43**

Determinado gestor do setor de licitação deve preparar processo licitatório para a venda de bens móveis inservíveis para a administração.

Nessa situação hipotética, a modalidade de licitação a ser escolhida é

- A** leilão.  
**B** concorrência.  
**C** tomada de preços.  
**D** convite.  
**E** concurso.

**Questão 44**

Acerca de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a opção correta.

- A** Em contratação realizada por instituição científica e tecnológica para a transferência de tecnologia e licenciamento de direito de uso, aplica-se a dispensa de licitação.
- B** Nos casos de dispensa de licitação, se comprovado superfaturamento, o fornecedor ou prestador de serviços será o responsável exclusivo pelo dano causado ao erário.
- C** Em caso de calamidade pública, mesmo quando não caracterizada urgência de atendimento de situação que cause prejuízo ou comprometa a segurança de pessoas, emprega-se a dispensa de licitação.
- D** Em aquisição de gêneros alimentícios perecíveis realizada diretamente com base no preço do dia, aplica-se a inexigibilidade de licitação.
- E** Em caso de intervenção da União sobre o domínio econômico a fim de regular preços, aplica-se a inexigibilidade de licitação.

**Questão 45**

Acerca do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- A** O MP é uma instituição única, embora tenha divisões funcionais.
- B** A hierarquia no MP é funcional.
- C** É permitida aos membros do MP a filiação partidária.
- D** É permitido aos membros do MP em disponibilidade exercer outra função pública além do magistério.
- E** No desempenho de suas funções, o MP está subordinado ao Supremo Tribunal Federal.

**Questão 46**

Acerca da litigância de má-fé, assinale a opção correta.

- A** Não configura litigância de má-fé a interposição de recurso meramente protelatório.
- B** Não configura litigância de má-fé proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
- C** Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.
- D** O valor da multa arbitrada pelo juiz ao litigante de má-fé está limitado a dez salários mínimos.
- E** Se dois ou mais litigantes de má-fé se coligarem para lesar a parte contrária, o juiz deverá condenar cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa.

**Questão 47**

Assinale a opção correta, acerca dos auxiliares de justiça.

- A** O depositário infiel responde apenas na esfera civil pelos prejuízos por ele causados.
- B** Cabe ao oficial de justiça redigir os mandados de citação.
- C** O oficial de justiça somente será responsabilizado regressivamente pela prática de ato nulo doloso.
- D** Incumbe ao escrivão ou chefe de secretaria praticar, de ofício, os atos meramente ordinatórios.
- E** O intérprete ou tradutor pode atuar no mesmo processo em que estiver atuando como perito.

**Questão 48**

Acerca da formação, suspensão e extinção do processo, assinale a opção correta.

- A** O processo civil se inicia por iniciativa do Poder Judiciário.
- B** A extinção do processo se dará por sentença.
- C** Suspende-se o processo por 120 dias em razão de parto ou concessão de adoção, caso se trate de advogada que, responsável pelo processo, constitua a única patrona da causa.
- D** Suspende-se o processo por convenção das partes pelo prazo de até 1 ano.
- E** Durante a suspensão do processo, é vedado praticar qualquer ato processual.

**Questão 49**

Haverá resolução de mérito na sentença em que o juiz

- A** indeferir a petição inicial.
- B** reconhecer a existência de coisa julgada.
- C** acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem.
- D** homologar a transação.
- E** homologar a desistência da ação.

**Questão 50**

A sentença que cria, extingue ou modifica uma relação jurídica classifica-se como sentença

- A** declaratória.
- B** constitutiva.
- C** executiva.
- D** condenatória.
- E** mandamental.

**Questão 51**

Acerca da coisa julgada, julgue os itens a seguir.

- I Fazem coisa julgada os motivos para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- II Faz coisa julgada a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença.
- III A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros.
- IV A coisa julgada material torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D III e IV.
- E I, II e III.

**Questão 52**

Acerca da capacidade processual para estar em juízo, assinale a opção correta.

- A Ambos os cônjuges casados sob o regime de separação absoluta de bens serão necessariamente citados para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.
- B O juiz nomeará defensor público como curador especial ao réu revel citado por edital, enquanto não for constituído advogado.
- C Os estados e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus governadores.
- D A pessoa jurídica estrangeira será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo seu acionista majoritário.
- E A União será representada em juízo, ativa e passivamente, pelo ministro da justiça.

**Questão 53**

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é princípio que rege a aplicação das medidas de proteção

- A oitiva facultativa do menor, a qual deve ocorrer na presença dos pais ou do responsável do menor.
- B responsabilidade parental como foco da intervenção, para que os pais assumam seus deveres com o menor.
- C responsabilidade subsidiária do poder público, se houver falta, omissão ou abuso dos pais.
- D intervenção máxima do ente público ou privado para verificar se há necessidade de proteção do menor.
- E intervenção precoce da autoridade, priorizando-se o menor e o seu afastamento da família natural.

**Questão 54**

Considerando-se as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei n.º 11.340/2006, é correto afirmar que

- A ameaça pode caracterizar violência moral.
- B retenção de documentos pessoais pode ser violência psicológica.
- C coação para praticar aborto pode configurar violência sexual.
- D limitação do direito de ir e vir pode caracterizar violência física.
- E manipulação que prejudique a autodeterminação pode ser violência patrimonial.

**Questão 55**

Na hipótese de o acusado que foi citado pessoalmente na ação penal não comparecer em juízo, sem apresentar justificativa,

- A o processo seguirá sem a presença dele.
- B ele será citado por edital, pelo prazo de 15 dias.
- C o processo ficará suspenso por prazo indeterminado.
- D será determinada a produção antecipada das provas.
- E o prazo prescricional será interrompido.

**Questão 56**

Com relação ao assistente do Ministério Público, é correto afirmar que

- A é facultativa a manifestação prévia do Ministério Público sobre sua admissão.
- B ele pode habilitar-se na ação penal pública e na ação privada.
- C ele pode ser admitido desde a fase do inquérito policial até a execução penal.
- D ele pode ser o ofendido, seu representante legal ou o corréu do mesmo processo.
- E do despacho que admiti-lo ou negá-lo não caberá recurso.

**Questão 57**

Iago, advogado, foi denunciado pelo crime de estupro. Por não ter comparecido em juízo, foi considerado revel, tendo o juiz nomeado seu defensor.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A nomeação de defensor dativo para Iago é facultativa para a continuidade do processo.
- B O juiz pode ter nomeado seu sobrinho como defensor de Iago, sem que isso configure hipótese de suspeição ou impedimento.
- C O juiz pode arbitrar honorários advocatícios em favor do defensor dativo, caso Iago tenha condições de pagar.
- D O defensor nomeado pelo juiz pode recusar a causa, por não ser obrigado a advogar gratuitamente.
- E Iago não poderia ser responsável por sua defesa técnica no processo, por estar pessoalmente envolvido na causa.

**Questão 58**

Jonas foi vítima de crime de ação penal pública condicionada, tendo representado no prazo legal. Durante o processo, resolveu reconciliar-se com o réu e o convidou para ser padrinho de seu filho.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O Ministério Público deve desistir da ação proposta, por não haver mais interesse de agir.
- B A representação de Jonas feita no prazo é irretratável e impede a prescrição do crime.
- C O juiz deve absolver o réu, se ele aceitar o perdão dado por Jonas.
- D A reconciliação de Jonas com o réu não interfere no andamento da ação penal pública, desde que tenha sido oferecida a denúncia.
- E Jonas poderá retratar-se da representação, por escrito e a qualquer tempo, antes de a sentença transitar em julgado.

**Questão 59**

Considerando a hipótese de Naldo e Zeca terem sido indiciados pela prática de crime de ação penal privada contra Bernardo, assinale a opção correta.

- Ⓐ Bernardo pode escolher propor a queixa-crime contra apenas um dos indiciados.
- Ⓑ O Ministério Público não é titular da ação penal, razão pela qual não tem acesso à queixa-crime.
- Ⓒ Caso Bernardo venha a falecer de causas naturais no decorrer do processo, a ação penal não poderá ser proposta por outra pessoa e será extinta.
- Ⓓ Caso Bernardo opte por perdoar apenas um dos querelados, o perdão se estenderá ao corréu.
- Ⓔ Para a propositura da queixa-crime, é dispensável a outorga de procuração por Bernardo ao advogado.

**Questão 60**

Com relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ É indispensável sua instauração e conclusão com indiciamento para o oferecimento da denúncia.
- Ⓑ Não é admitida sua instauração em crime de ação penal pública condicionada a representação.
- Ⓒ O delegado pode arquivar o inquérito policial quando não identificar o autor da infração penal.
- Ⓓ O inquérito policial é um procedimento administrativo sigiloso que reúne informações para subsidiar a ação penal.
- Ⓔ A instauração do inquérito policial, de ofício, pelo delegado é obrigatória em se tratando de crimes de ação penal privada.

**Espaço livre**